

Célio Azevedo



Célio Azevedo

**IMPASSE** Audiência com Ivan Guimarães (foto menor) não foi suficiente para garantir a votação da MP. Ideli conversa com Arthur Virgílio, que critica a proposta

## Sem acordo, Senado não vota MP do Microcrédito

Relatora Ideli Salvatti pede sugestões que garantam entendimento em torno da proposta. Mas oposição consegue aprovar requerimento de sessão secreta no próximo dia 30, quando o presidente do Banco Popular deverá apresentar mais explicações

Página 3

### Mudanças no rito das MPs causam polêmica

Sem um acordo abrangente, é difícil mudar a tramitação das medidas provisórias no Congresso. A opinião é do relator da comissão mista encarregada do assunto, Sigmaringa Seixas. Ele participou ontem de reunião com o presidente do Senado,

Renan Calheiros, e com o presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães. Qualquer alteração na matéria, como lembrou Sigmaringa Seixas, requer quórum qualificado nas duas Casas do Legislativo. E ainda há muitas divergências sobre o que fazer.

Página 4



Marcia Mariz

**POSSE** Jucá, entre Sarney, Dirceu, Renan, Amir Lando, Eunício Oliveira e Luiz Dulci, assume o comando da Previdência

### JUCÁ PROMETE SANEAR A PREVIDÊNCIA

O novo ministro da Previdência Social, Romero Jucá, anunciou a realização de estudos para sanear as contas da pasta. À transmissão de cargo de Amir Lando para Jucá, compareceram vários senadores do PMDB.

Página 5

### ACM propõe correções no projeto que recria a Sudene

Marcia Kallume



**CRÍTICA** ACM (ao lado de Jereissati) aponta erros no projeto do governo

Página 7





**CONFRONTO** Alvaro assegura que o atual governo investe menos em saneamento do que na era FHC

## Alvaro: balanço do governo usa dados errados

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o presidente Lula "delira" ao dizer que sua administração já aplicou, em dois anos e meio, 14 vezes mais em saneamento do que o governo passado em quatro anos. A declaração do presidente foi feita em discurso, na semana passada, em Aracaju (SE).

– No seu último ano de governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso aplicou em saneamento R\$ 964 milhões, o que dá hoje, corrigidos, R\$ 1,4 bilhão. Em dois anos, a administração petista só investiu R\$ 13 milhões. Eles aplicaram dez vezes menos. Afirmar o contrário é um delírio presidencial.

A declaração do presidente de que promoveu, até agora, "uma inclusão social que poucas vezes se viu" também foi alvo de ironia de Alvaro Dias. Para ele, ora Lula "usa informações inverídicas, ora escamoteia fatos".

– O auto-elogio do presidente revela não apenas megalomania, mas também arrogância.

O senador criticou a reforma ministerial anunciada pelo governo. Ele afirmou que o objetivo seria buscar sustentação política, em vez de eliminar gargalos na administração.

# Capiberibe aponta riscos na reforma universitária

■ Para senador, proposta retira das pequenas universidades públicas a condição de realizar pesquisas

O senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou, ontem, receio de que a reforma universitária proposta pelo governo acabe aprofundando as diferenças entre as universidades públicas, rebaixando as que forem pequenas à condição de centro universitário e impedindo-as de fazer pesquisa.

Ele pediu aos senadores, em especial aos representantes do Amapá, Acre, Roraima, Ron-



fotos: Roosevelt Pinheiro

**ALERTA** Capiberibe teme que, sem mudanças, a reforma venha ampliar diferenças entre universidades

dônia e Tocantins, que modifiquem o artigo 13 do projeto, que atribui *status* de universidade apenas às instituições que ofereçam pelo menos três

cursos de mestrado e um de doutorado. Segundo Capiberibe, a mudança traria prejuízos a esses estados.

– Isso acabaria por discriminar ainda mais as universidades da Amazônia, que já vivem às margens de políticas que valorizam o ensino superior e a pesquisa – advertiu.

O senador informou que ajudou a criar a Rede de Núcleos de Excelência da Amazônia (Redam), que congrega as universidades dos estados que ele considera agora ameaçados pela reforma. A Redam tem como objetivo rever o atual modelo universitário e nivelar por cima as instituições de ensino superior.



**TRILHOS** Para Lobão, os sistemas férreos são imprescindíveis em países continentais, como o Brasil

## Edison Lobão quer mais ferrovias no país

Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a ampliação do sistema ferroviário do país. "Os investimentos nesse setor são absolutamente necessários em países de dimensões continentais como o nosso", afirmou. O senador destacou que o modelo de transporte predominante, o rodoviário, é precário e apresenta custos elevados.

Lobão reconheceu que o modal rodoviário estimulou a expansão do país, mas lamentou que tanto esse sistema como as ferrovias estejam hoje abandonados. "O Brasil chegou a apresentar 32 mil quilômetros de estradas de ferro. Hoje, possui apenas 29,78 mil", observou.

## Agenda

### Pauta do Plenário continua trancada

Por falta de acordo entre os senadores, a medida provisória que cria o Programa Nacional de Microcrédito Orientado (MP 226/04) continua trancando a pauta

de votações do Plenário. Os parlamentares retomam a discussão da matéria na sessão de hoje, que tem início às 10h.



### Renan tem audiência com cinco ministros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se encontra hoje com os ministros Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, às 10h; Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, às 12h; Luiz

Fernando Furlan, do Desenvolvimento, às 12h30; Márcio Thomaz Bastos (foto), da Justiça, às 16h; e Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia, às 17h. Renan participa ainda do 2º Evento de Reconhecimento às Micro e Pequenas Empresas, às 18h.

### Orçamento impositivo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, às 10h, as emendas à proposta do orçamento impositivo (PEC 22/00), que impõe a execução das despesas aprovadas pelo Congresso.

### Relatório final

A Comissão Especial Dorothy Stang, que acompanhou as investigações do assassinato da missionária norte-americana, reúne-se hoje, às 9h, para apresentar e votar o relatório final do colegiado.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**ENGANO** Segundo Osmar Dias, há também muitos municípios pobres no Sul que precisam de apoio

## Osmar Dias: Sul perde com fundo para o Nordeste

O senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou a criação do fundo de compensação para os estados do Nordeste anunciado pelo governo. Segundo ele, a iniciativa é injusta com os estados da região Sul, pois os R\$ 2 bilhões prometidos sairiam do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

– É um grande engano pensar que os municípios do Sul do país estão com a situação resolvida. Ao contrário, nós temos muitos municípios pobres, que precisam de uma solução para suas finanças – argumentou.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## MICROCRÉDITO

A audiência pública com o presidente do Banco Popular, na Comissão de Assuntos Econômicos, não foi suficiente para garantir a votação da MP do Microcrédito. A pauta do Plenário continua trancada

# Ideli pede sugestões que levem a acordo

A relatora do projeto que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Ideli Salvatti (PT-SC), pediu ontem sugestões ou propostas de emendas para que seja construído um acordo em torno da matéria, permitindo sua votação ainda hoje. Conforme Ideli, tem havido muito debate acerca do microcrédito, mas o número de sugestões ainda não correspondeu à abertura do governo ao consenso.

O Projeto de Lei de Con-

versão (PLV) 1/05 da Medida Provisória (MP) 226/04 era o primeiro item da pauta de ontem do Plenário, mas a senadora pediu o adiamento da votação, uma vez que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), antecipara a decisão do partido de entrar em obstrução.

Ao constatar que o número de senadores presentes era baixo e prevendo que Virgílio pediria verificação de quórum, a senadora solicitou o adiamento da matéria. Como se trata de MP, o adiamento da votação

impediu o exame dos demais itens da pauta, que continua trancada.

– O meu relatório está pronto, mas não haverá prejuízo em mantermos o debate para aperfeiçoar a matéria, para que seja colocada em votação por acordo entre os líderes – disse Ideli.

José Jorge (PFL-PE) criticou o governo pelo fato de o Senado “não ter votado quase nada em dois meses”. Segundo o senador, independentemente da posição dos líderes da

oposição, o governo tem de se mobilizar e providenciar o comparecimento do número de senadores necessário às votações.

A MP institui o programa do microcrédito no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, visando incentivar a geração de trabalho e renda entre os chamados “microempreendedores populares”: pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte.

O programa será abastecido com recursos do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT) e com a parcela das reservas bancárias destinada ao microcrédito.

A política para o microcrédito foi mais uma vez debatida ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde esteve o presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães. Ele apresentou os números da instituição, mas o valor gasto em publicidade, o montante emprestado e a destinação dos recursos foram objeto de polêmica entre os senadores.

Fotos: Célio Azevedo



**IMPASSE** Ivan Guimarães (à esquerda, ao lado de Luiz Otávio, Garibaldi Alves e Romeu Tuma) não convenceu Tasso Jereissati (C), Arthur Virgílio (em conversa com Ideli) e Rodolpho Tourinho

## Senadores condenam gastos com publicidade

Autor do requerimento que resultou na audiência pública realizada ontem pela CAE, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou duramente a criação do Banco Popular do Brasil (BPB). Na opinião do senador, a concessão de microcrédito já é feita por bancos particulares, estaduais e federais, entre eles a própria Caixa Econômica Federal (CEF).

Tasso Jereissati observou que, apesar de o BPB ter obtido uma receita operacional de R\$ 700 mil no ano passado, registrou um prejuízo operacional de R\$ 40 milhões, além de desembolsar cerca de R\$ 25 milhões em publicidade. E mais: o crédito ao consumidor liberado, conforme informou o senador, chegou apenas à casa dos R\$ 20 milhões, valor considerado por Jereissati “ridículo”.

O presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, após reconhecer que a instituição teve apenas R\$ 700 mil de receita anual em 2004, disse que os prejuízos acumulados no período “são normais no início de qualquer atividade bancária”, e previu que em

dezembro de 2006 o BPB estará gerando lucro, “cobrindo todas as despesas”. Quanto às críticas relativas a gastos com publicidade, Guimarães foi enfático: as peças publicitárias renderam 1,3 milhão de novos clientes. Ele estimou que, até o final deste ano, a instituição terá uma carteira de crédito em torno de R\$ 200 milhões.

### Crítica e louvor

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que a idéia já foi colocada em prática por prefeitos e governadores. Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que a experiência “é viável” por ter baixo custo administrativo para alavancar a chamada pequena economia doméstica urbana. Ele afirmou que o projeto tem por meta beneficiar cerca de 30 milhões de pessoas sem acesso à rede bancária.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), concluiu que o Senado não estava preparado para decidir sobre matéria tão polêmica.

Vários senadores criticaram os gastos com publicidade, a exemplo de Mão Santa (PMDB-PI), Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA), César Borges (PFL-BA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Os senadores do PSDB fizeram várias críticas e sugestões. Para Almeida Lima (SE), o banco promoveu mais propaganda do que financiamento. Sérgio Guerra (PE) afirmou que é preciso levar financiamento a uma grande parcela da população. Já Lúcia Vânia (GO) disse que o Banco Popular deveria utilizar os mecanismos bancários disponíveis nos estados e municípios.

Entre os petistas, Ana Júlia Carepa (PA) afirmou que o Banco Popular deve direcionar sua atuação para as regiões mais carentes. Para Delcídio Amaral (MS), deveria haver uma distinção entre o debate sobre a MP do Microcrédito e a criação do banco. Eduardo Suplicy (PT-SP) avaliou que o microcrédito é um dos principais instrumentos de justiça social.

A CAE aprovou requerimento de Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Sérgio Guerra para que a comissão realize sessão secreta no dia 30, a fim de que o presidente do BPB preste maiores esclarecimentos.



**REPARO** “Quando um programa é bom, não precisa de propaganda”, afirma José Agripino

## Agripino não aceita prejuízo de R\$ 25 milhões

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), criticou ontem, em Plenário, os gastos com publicidade do Banco Popular do Brasil (BPB), subsidiária do Banco do Brasil. Ele informou que, dos R\$ 92 milhões que o BB destinou ao Banco Popular, R\$ 52 milhões foram usados na compra de títulos públicos e apenas R\$ 20 milhões, destinados ao financiamento de pessoas de baixa renda.

– A surpresa é que a direção do Banco Popular gastou R\$ 24

milhões em propaganda. Ora, quando um programa é bom, não precisa de propaganda porque seu sucesso é garantido, e as pessoas divulgam o que é bom – afirmou.

José Agripino disse que “não dá para entender nem aceitar” o prejuízo de R\$ 25 milhões do Banco Popular. Por isso, apesar de seu apoio incondicional ao microcrédito, o líder pefelista sustentou que “não dá para acreditar” no programa do microcrédito previsto pela Medida Provisória 226/04.

O senador ponderou que as exigências de que só possam se beneficiar do programa organizações da sociedade civil de interesse público e sociedades de crédito ao microempreendedor são inaceitáveis.

Ele contestou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da MP 226/04, que discursara pouco antes.

– Parece que os senadores que vêm levantando “falhas” do Programa do Microcrédito são contrários ao projeto. Eles são favoráveis, mas questionam alguns pontos do programa, inclusive os prejuízos do Banco Popular do Brasil – avaliou.





**RECONHECIMENTO** João Alberto Souza registra avanços econômicos do governo Sarney

## João Alberto elogia artigo de Sarney

João Alberto Souza (PMDB-MA) elogiou ontem artigo de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) publicado no dia 18 nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*. O artigo, disse o senador, apresenta números macroeconômicos da gestão de Sarney na Presidência da República (1985-1990) com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na matéria, Sarney enumera avanços econômicos de seu governo, diz que encontrou as finanças do país com déficit de 2,58% e que, no fim do mandato, o superávit primário era de 0,8%.



**MINISTÉRIO** Delcídio Amaral saudou Romero Jucá e Paulo Bernardo, empossados ontem

## Delcídio exalta promoção da igualdade racial

Delcídio Amaral (PT-MS) registrou que o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial (segunda-feira, 21) foi a data escolhida pelo Brasil para marcar 2005 como o ano da promoção da igualdade racial.

Delcídio aproveitou para saudar os novos ministros que assumiram ontem seus postos: o senador Romero Jucá, na Previdência, e o deputado Paulo Bernardo, no Planejamento. Cumprimentou também Amir Lando, ex-ministro da Previdência, e Nelson Machado, que comandava interinamente o Planejamento.

# Comissão não chega a consenso sobre MPs

■ Líderes do governo e dos partidos divergem sobre novas regras para edição e exame de medidas provisórias

A comissão mista especial que analisa mudanças na tramitação das medidas provisórias não conseguiu estabelecer ainda consenso sobre o tema. Novas reuniões deverão ser agendadas nos próximos dias para que líderes do governo e dos partidos políticos possam dirimir suas divergências.

– Não temos nenhuma grande novidade – disse o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ao sair de reunião no gabinete da Presidência do Senado, que contou com a presença de Renan Calheiros, do presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e do relator da matéria, deputado Sigmaringa Seixas.

De acordo com Sigmaringa Seixas, em virtude da complexidade do assunto, somente quando se chegar a um acordo mais abrangente será possível levar à votação a proposta de

emenda à Constituição (PEC) que dispõe sobre novo rito para as medidas provisórias.

### Discordâncias

Ainda há muita divergência em torno do tema. O senador Antonio Carlos Magalhães, por exemplo, defende a tramitação simultânea de apenas cinco medidas provisórias em cada uma das Casas parlamentares e, assim mesmo, em um prazo máximo de cem dias. O relator da matéria, Sigmaringa Seixas, quer adotar o prazo de 120 dias corridos para a tramitação, sem limite para o número de MPs.

Outro ponto de discordância: o presidente da comissão propõe que a Constituição prescreva os assuntos passíveis de serem tratados por MPs, mas o relator acha que o texto constitucional, como ocorre hoje, deve apenas definir exceções.

### Alternância

Não há também decisão sobre a proposta de tramitação alternada das MPs, como querem os senadores. Atualmente, a matéria entra obrigatoriamente pela Câmara dos Deputados e, somente depois de aprovada em Plenário, segue para o Senado. Se a PEC em discussão ado-

tar o princípio da alternância, as comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara teriam prerrogativas de juízo de admissibilidade para cada MP, isoladamente.

Sigmaringa Seixas concorda com a sugestão de permitir certas votações na Câmara e no Senado, mesmo com a pauta trancada por medidas provisórias. Além dos projetos em tramitação nas comissões das duas Casas, o deputado acha que matérias privativas do Senado, como indicação de ministros e embaixadores, não devem ter o seu curso de votação interrompido.

Se a proposta do relator prevalecer quanto ao prazo de tramitação, a Câmara teria até 60 dias para votar a MP – dez dias na CCJ, 20 dias na comissão de mérito e 15 dias em Plenário. O Senado ganharia prazo próprio – 14 dias na comissão de mérito e 16 dias para votação em Plenário, quando então o trancamento passaria a prevalecer. Aprovada no Senado, e em casos de modificação, a Câmara dos Deputados teria mais 15 dias para definir o destino da matéria.



**AVALIAÇÃO** Para Mão Santa, Lula desconhece importância dos partidos para a democracia

## Mão Santa acusa PT de tentar destruir PMDB

Mão Santa (PMDB-PI) acusou o PT de trabalhar pela destruição do PMDB nas negociações da reforma ministerial. O senador lembrou a história do seu partido e censurou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros do chamado “núcleo duro” do governo, dizendo que eles não compreendem a importância dos partidos políticos para o regime democrático.

– Só tem democracia com partidos fortes, e o PMDB é um patrimônio da democracia que não pode se vender em negociações – declarou o parlamentar.

## Dirigentes querem mudar reforma sindical

Dirigentes sindicais contrários à reforma sindical entregaram ontem, ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um documento com críticas ao projeto do governo.

“Na forma como está apresentada, a reforma quebra a unidade orgânica do movimento sindical e traz de volta a intervenção do governo nas

relações entre capital e trabalho”, afirmou Simon. Renan se comprometeu a realizar reuniões com os sindicalistas para avaliar alterações na proposta do governo. Entre os dirigentes que participaram das audiências estavam o presidente do Setor Sindical do PMDB, Washington dos Santos Maradona; a secretária nacional de política social da CUT e inte-

grante da executiva da central, Gilda Almeida de Souza; mais os presidentes da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Carlos dos Reis Salim; da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto; e da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), Lourenço do Prado, entre outros.



**AUDIÊNCIA** Pedro Simon (E) recebe documento em que sindicalistas condenam a proposta do governo



**PROTESTO** Heloísa Helena diz que se recusa a fazer parte de “farsa corporativista”

## Heloísa critica aumento da verba de gabinete

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) protestou contra o aumento da verba de gabinete no Senado, citando matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, no último sábado, intitulada “Senadores querem mais mordomias”.

Heloísa afirmou que se recusava a fazer parte de uma “farsa corporativista” que atribuíra à Câmara dos Deputados “todas as mazelas”.

A senadora disse que a verba de gabinete no Senado é três vezes maior que a da Câmara, embora reconheça que alguns senadores não usam toda a estrutura de que podem dispor.





**FORÇA** José Jorge atribuiu suspensão do processo de mudanças à declaração do presidente da Câmara

## José Jorge analisa poder de Severino Cavalcanti

Para o senador José Jorge (PFL-PE), a suspensão da reforma foi fruto das declarações do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE).

– O Severino é o homem mais poderoso do Brasil. Ele conseguiu suspender uma reforma colocada em discussão há seis meses – afirmou. Ele lamentou a substituição de Amir Lando.

– Trinta e seis ministros e apenas uma substituição. Amir Lando saiu como se fosse o único ministro incompetente. Em nome do meu partido, nós nos solidarizamos com ele – disse.

## Para Heráclito, mudança atende ao desejo do FMI

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse ontem que a reforma ministerial é boa para as relações entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele assinalou que Romero Jucá trabalhará para que a Previdência atinja os números almejados pelo Fundo.

Heráclito lembrou que Paulo Bernardo, indicado para o Ministério do Planejamento, presidiu a Comissão de Orçamento, que teve Romero Jucá como relator. O Orçamento foi aprovado graças à atuação desses dois parlamentares, disse.



**META** Heráclito acredita que Jucá trabalhará para que Previdência atinja números almejados pelo Fundo

# Jucá promete sanear contas da Previdência

**Sarney e Mercadante afirmam que momento político impediu que reforma ministerial fosse mais ampla**

O novo ministro da Previdência Social, Romero Jucá, prometeu que dará continuidade a projetos que já estão em andamento. Ele adiantou que, nos próximos dias, terá novidades sobre o cadastramento de pensionistas e aposentados.

– Estamos estudando medidas para sanear as contas da Previdência. Hoje terei reunião com o ministro da Fazenda, pois queremos começar rapidamente a atuar implementan-

do uma série de modificações – afirmou.

Jucá disse que não há nenhum estudo para corrigir os benefícios dos aposentados e prometeu combate às fraudes e melhoria do atendimento nos postos da Previdência.

O senador José Sarney (PMDB-AP) observou que o momento não permite que o presidente Lula faça a reforma que gostaria.

– No momento em que nós temos águas revoltas, que temos opiniões desencontradas, nós temos certeza de que o presidente não tem condições de fazer aquilo que desejaria – ressaltou Sarney.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP),

disse que o presidente suspendeu a reforma por considerar que o nível de especulação e as atitudes que a reforma suscitou não estavam contribuindo para o bom andamento do governo.

– Portanto, está suspensa qualquer outra articulação em torno de mudança. O presidente tirou isso da agenda e só ele poderá agora retomar esse tema. Acho que é um freio de arrumação necessário.

Mercadante afirmou que Lula nomeou dois ministros para postos que estavam vagos, o do Planejamento, que tinha Nelson Machado como interino, e o da Previdência, onde Amir Lando já havia encaminhado pedido de demissão do cargo.



**PRESENCAS** João Alberto, José Sarney, José Dirceu, Renan Calheiros, Romero Jucá e Amir Lando na cerimônia de posse

## Renan apóia alteração promovida por Lula

“Estamos solidários e apoiamos a posição do presidente Lula”, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao final da cerimônia de posse de Romero Jucá no Ministério da Previdência Social. Ele assinalou que o PMDB não

criou qualquer problema para a reforma ministerial e garantiu que não criará: “vai facilitar ao máximo”.

– O presidente disse que suspendeu a reforma e que iria retomá-la, mas não fixou um prazo. Ele tem o nosso apoio

nessa condução, que consideramos correta, equilibrada e exemplar. A reforma que ele pretende fazer é mais ampla, mais profunda. Mas a profundidade, é claro, vai depender do presidente e não de nós. O tempo é do presidente – frisou.

## Virgílio diz que reforma foi superficial e fisiológica

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou as mudanças realizadas nos ministérios da Previdência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

– A reforma se resumiu a duas mudanças superficiais. O presidente se sente amarrado porque seu governo assumiu total compromisso com a fisiologia mais deslavada. Se ele achava que, para dinamizar sua administração, precisava de uma reforma ministerial e não

a concretiza, está deixando de cumprir seu dever.

### Microcrédito

Arthur Virgílio também disse que não havia condições para a aprovação da medida provisória que institui o Programa Nacional de Microcrédito, razão pela qual a votação foi adiada.

– Queremos participar da feitura de um projeto de conversão que de fato atenda aos desfavorecidos que precisam de crédito. Esse programa parece inútil e demagógico – frisou



**FARPAS** Arthur Virgílio também criticou programa do microcrédito, para ele, “inútil e demagógico”

o senador.

Arthur Virgílio ressaltou que, dos cerca de R\$ 120 milhões destinados ao programa, R\$ 20 milhões serviram para “microfinanças” destinadas ao consumo e não a empreendimentos.



**APOIO** Mercadante defende a contratação imediata de 1.500 médicos pela Previdência

## Mercadante destaca gestão de Amir Lando

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) elogiou em Plenário a gestão do ministro demissionário da Previdência Social, Amir Lando, que volta ao Senado. Segundo Mercadante, Lando iria anunciar, ainda ontem, um projeto de reestruturação da Previdência Social a ser implementado por seu substituto, o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

– Conheço Amir Lando desde a CPI do Collor, quando trabalhamos juntos. Lando era relator da CPI e fez um trabalho corajoso e competente, sendo muito importante no processo de *impeachment* do então presidente da República. Além disso, ele sempre se destacou por uma atitude marcada pela coerência e por um grande espírito público – disse.

Mercadante lembrou que a Previdência apresenta um déficit muito significativo, que compromete a capacidade de investimento do Estado.

– Há muita coisa a ser feita, e o ministro Amir Lando deu um choque de gestão que agora será aprofundado por Romero Jucá – afirmou.

O senador apontou o auxílio-doença como um dos problemas a serem enfrentados. Além do aumento de custo apresentado por esse benefício, Mercadante considerou um erro a ampliação da terceirização da perícia médica, porque, entre outras razões, “a supervisão sobre esse serviço não é adequada”. Ele destacou que uma das sugestões de Lando, em seu projeto de reestruturação da Previdência, é a contratação imediata de 1.500 médicos.

– O INSS não pode ser uma estrutura independente da Previdência; tem que ser incorporado à estrutura desta última. Nossa perspectiva é unificar os sistemas de arrecadação da Previdência para obter eficiência, agilidade e consistência.





**FALHA** De acordo com Paim, ao aprovar a PEC Paralela, a Câmara não cumpriu acordo feito no Senado

## Paim defende teto salarial único para policiais

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a igualdade de teto salarial para policiais civis e militares nos estados e no DF. Para ele, a Câmara não cumpriu acordo feito no Senado, ao aprovar emenda à PEC Paralela da reforma da Previdência (PEC 227/04). A emenda incluiu a carreira de delegado da polícia civil entre as carreiras jurídicas, como procurador, defensor público, advogado e agente fiscal, com teto subordinado à remuneração dos desembargadores de Justiça.

Paim também registrou o aniversário de Porto Alegre, que ocorrerá no dia 26 de março.



**VALOR** Terra de Chico Mendes, cidade já foi grande exportadora de borracha, lembra Mesquita Júnior

## Mesquita Júnior comemora cem anos de Xapuri

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) fez homenagem aos cem anos da cidade acreana de Xapuri, comemorados ontem. Mais conhecida por ser a terra do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988, Xapuri chegou a ser a maior exportadora de borracha durante o auge dessa atividade extrativista.

A região pertenceu a bolivianos e peruanos, e tornou-se palco de grandes lutas entre brasileiros e bolivianos.

O senador lembrou outros filhos ilustres de Xapuri, como o médico Adib Jatene.

# Eduardo: falta de água pode gerar crise mundial

■ Senador anuncia distribuição de cartilha com dicas sobre uso racional e preservação dos recursos naturais

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lembrou ontem a passagem do Dia Mundial da Água. Ele fez reflexões sobre a utilização desse recurso natural que o Brasil possui em abundância, observou, mas que deverá ser foco de crises mundiais, em função de sua escassez.

Para ampliar a discussão do assunto, o senador informou que elaborou uma cartilha intitulada *Terra – Planeta Água*. O material está sendo distribuído



**PERSPECTIVA** Eduardo informa que o Tocantins terá os maiores lagos do país, após construção de hidrelétricas

em todo o país e contém informações sobre as preocupações da Organização das Nações Unidas (ONU), a água no Brasil, hidrelétricas, poluição e preservação ambiental.

## Recursos hídricos não são ilimitados, alerta Raupp

No Dia Mundial da Água, comemorado ontem, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo em favor do uso racional dos recursos hídricos. Ele observou que, em diversos lugares do planeta, milhares de pessoas já sofrem com a falta desse bem essencial à vida.

– Em todo o mundo, domina uma cultura de desperdício de água, pois ainda se acredita que ela é um recurso natural ilimitado – disse o senador.

Raupp assinalou a posição privilegiada do Brasil quanto à oferta de água. Ele observou, no entanto, que, embora o país detenha 11,6% de toda a água

doce do planeta, ainda não enfrentou o desafio de distribuí-la de forma equitativa e equilibrada a sua população.

Segundo informou, 70% da água doce do país concentram-se na Amazônia, onde vivem apenas 7% dos brasileiros. Essa distribuição irregular deixa apenas 3% da água para o Nordeste, acrescentou.

Além do gerenciamento eficiente dos recursos hídricos, Raupp defendeu melhorias na infra-estrutura sanitária. Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo os quais mais de 70% dos esgotos das cida-

A cartilha traz também dicas de como usar a água de forma racional. Na opinião de Eduardo, “para o mundo, muito pior que a falta de energia será a falta da água”.

O parlamentar citou dados segundo os quais 97% da água existente no mundo está nos mares e oceanos, sendo inadequada ao consumo. Ele observou que o Brasil tem cerca de 12% da água doce do planeta e que a maior bacia hidrográfica do mundo, a amazônica, passa pelo território brasileiro.

Eduardo Siqueira Campos falou sobre os recursos hídricos de seu estado, que terá, após a construção de hidrelétricas em andamento, os maiores lagos do Brasil, correspondentes a 9,5% da água do país.



**PROBLEMA** Para Raupp, Brasil deve promover a distribuição da água concentrada na Amazônia

des não contam com sistema de tratamento. O senador por Rondônia acrescentou ainda que 40% dos municípios não tratam o lixo domiciliar e cerca de 90% das internações hospitalares decorrem de doenças transmitidas por água contaminada.

## Maguito pede aprovação do plano de cultura

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem a aprovação do Plano Nacional de Cultura. Apresentada pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG), a Proposta de Emenda à Constituição 57/03 pode ser votada pelo Senado na próxima semana.

– A cultura não pode ser privilégio de algumas pessoas, deve ser direito de todos. No Brasil, muitas vezes ficou em segundo plano, pois, ao longo dos anos e de forma equivocada,



**PAPEL** Valores culturais contribuem para a promoção da identidade de uma nação, ressalta Maguito

foi vista como voltada para as elites – argumentou o senador, ao justificar a importância do projeto.

A proposta de emenda à Constituição determina que o Plano Nacional de Cultura,

plurianual, integre as ações do poder público no sentido de democratizar o acesso aos bens culturais, valorizar o patrimônio cultural brasileiro, promover a produção e difusão de bens voltados para a área, formar mão-de-obra qualificada para a gestão da cultura e valorizar a diversidade étnica.

Maguito declarou que a cultura, além de promover a identidade de uma nação, tornou-se poderosa arma socioeconômica nos vários países que nela investem com seriedade.

– Com a aprovação do Plano Nacional de Cultura, o Brasil terá a oportunidade de construir um novo tempo no setor.



**REQUERIMENTO** Demostenes propôs a convocação de coronel da PM do DF e de diretor da Abin

## Comissão deve ouvir depoimentos sobre as Farc

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou requerimento junto à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso solicitando novos depoimentos sobre a suposta doação de US\$ 5 milhões pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) ao Partido dos Trabalhadores. O parlamentar afirmou que o presidente da comissão, Cristovam Buarque (PT-DF), comprometeu-se a fazer as convocações assim que se recuperar de uma cirurgia.

Demostenes propôs que sejam ouvidos o coronel Eduardo Ferreira, da Polícia Militar do DF, e o diretor-geral-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), José Campana. Ele pediu também que seja ouvido um agente da Abin, cujo nome pretende manter em sigilo.

## Virgílio quer explicação sobre desvio de remédios

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), informou que irá apresentar novo requerimento de informações ao Ministério da Justiça sobre o suposto desvio de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O parlamentar decidiu reapresentar o pedido diante da “resposta protocolar” dada pelo ministério.

A reportagem “PF apura desvio de remédio para Farc”, publicada pelo *Correio Braziliense*, motivou o líder. De acordo com a matéria, a Polícia Federal apreendeu cinco lotes do medicamento Glucantime, usado no tratamento da leishmaniose e distribuído exclusivamente pela Anvisa, em poder de colombianos no município de São Gabriel da Cachoeira (AM).





**ANÁLISE** O relator Marco Maciel (D), ao lado de Heráclito Fortes, manifestou-se a favor da mensagem presidencial com a indicação de Noboru Ofugi

## Recondução de diretor da ANTT tem parecer favorável

Por 18 votos a favor e 2 contra, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a recondução do engenheiro Noboru Ofugi ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A mensagem vai ao Plenário.

O parecer favorável do senador Marco Maciel (PFL-PE) destacou a formação técnica de Noboru Ofugi e sua experiência profissional "mais do que apropriada".

Durante a sabatina, Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que a venda da Brasil Ferrovias "foi a pior privatização feita no país". Gerson Camata (PMDB-ES)

sugeriu que a ANTT estude o uso de *chips* em caminhões, para combater o roubo de cargas. Augusto Botelho (PDT-RR) solicitou que a BR-174 não seja fechada à meia-noite, como vem acontecendo.

Na reunião, Augusto Botelho apresentou parecer favorável a projeto de Marcelo Crivella (PL-RJ) que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás. Antes de se iniciarem os debates, Serys Shlessarenko (PT-MT) solicitou verificação de quórum. Diante da falta de quórum para votação, o presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), encerrou a reunião.

## Saída para crise aérea passa pelo Congresso, diz Suplicy

Ao pedir "transparência total" na solução dos problemas das companhias aéreas brasileiras, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que a solução para a crise no setor deverá passar pelo Congresso Nacional, e que este precisará envolver a opinião pública na discussão.

Suplicy disse que tanto o ministro da Defesa, vice-presidente José Alencar, quanto o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, estão muito preocupados com a crise que atinge a Varig e a Vasp – a primeira com patrimônio líquido negativo e a última impedida de voar. O senador lembrou que a privatização da Vasp era a promessa de uma administração eficiente.

Ele narrou passagens do filme *O aviador*, dirigido por Martin Scorsese, dando ênfase à cena em que o personagem principal – inspirado no milionário



**PREOCUPAÇÃO** Suplicy afirma que a opinião pública também precisa ser envolvida nas discussões

Howard Hughes – mostra ao Senado americano as benesses concedidas não somente à sua empresa, como também o fato de ter sido chantageado por um senador para vender as ações à Pan American. Suplicy disse que a cena foi muito bem feita e é semelhante àquelas que às vezes acontecem aqui.

Eduardo Suplicy recebeu apertes de Heloísa Helena (PSOL-AL) e José Maranhão (PMDB-PB).

# Comissão discute projeto para recriação da Sudene

Proposta de parecer do senador Antonio Carlos Magalhães foi apresentada durante audiência na CRD

Durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou proposta de parecer ao Projeto de Lei da Câmara 59/04, que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O senador afirmou que o projeto encaminhado pelo governo federal estava "eivado de falhas e, por isso, merece correções". Ele também declarou que não pretende redigir o relatório final antes de apreciar os comentários e sugestões dos integrantes da CDR.

Para Antonio Carlos, a nova agência não pode se limitar "a um planejamento e a uma estratégia concebidos exclusivamente em Brasília". E, por essa razão, destacou a necessidade de um conselho deliberativo "forte". Além disso, ressaltou



**DEBATE** Antonio Carlos (à esquerda, ao lado de Jereissati e Ana Júlia) informa que só irá redigir o relatório final após apreciar sugestões dos senadores

que a região não pode ser tratada de forma uniforme.

– Um estudo do economista Roberto Cavalcanti indica que o Nordeste poderia ser dividido pela Sudene em nove áreas – explicou o senador.

Na opinião do presidente da CDR, Tasso Jereissati (PSDB-CE), "o projeto é essencial para que a região Nordeste seja retomada como prioridade político-econômica".

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) manifestou seu apoio à proposta de ACM, mas ressaltou ser necessário maior vontade política para a viabilização do projeto. "Não

tenho certeza de que essa vontade exista no Executivo", disse. Sérgio Guerra ainda enfatizou a necessidade de uma nova Sudene ter um orçamento permanente.

Também apartearam o discurso de Antonio Carlos os senadores Fernando Bezerera (PTB-RN), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), César Borges (PFL-BA), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) e Augusto Botelho (PDT-RR).

## CAE convoca Marta para esclarecer crédito a São Paulo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem sete requerimentos, entre eles um do presidente da comissão, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), para que a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT) e outras três autoridades prestem esclarecimentos sobre financiamento do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz). A operação estaria em desacordo com a Resolução 43/01, do Senado, – posteriormente modificada pela Resolução 19/03 – e com a Lei Complementar 101/00.

Segundo as normas, as operações do Reluz realizadas a partir de novembro de 2003 estavam sujeitas à prévia autorização do Ministério da Fazenda. Em fevereiro de 2004, a então prefeita Marta Suplicy realizou aditivo contratual com a Eletropaulo, sem prévia autorização. A informação consta do Aviso 561, enviado pelo

ministro da Fazenda, Antonio Pallochi, ao então presidente do Senado, José Sarney.

Além de Marta, deverão ser ouvidos o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, o presidente da Eletrobrás, Silas Rondeau Cavalcante Silva, e o presidente do Conselho de Administração da AES Eletropaulo, José Eduardo Bernini.

### Autonomia

A CAE aprovou também requerimento de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) para audiência sobre a autonomia do Banco Central (BC), com convite para ouvir o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. O colegiado aprovou ainda requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para ouvir, na mesma audiência, o professor Paulo Nogueira Batista Junior.

A CAE acolheu outro requerimento de Suplicy, solicitando o comparecimento, à comissão, do diretor de Assuntos Interna-



**AUDIÊNCIA** Requerimento de Luiz Otávio inclui ainda convite ao secretário do Tesouro, Joaquim Levy

cionais do Banco Central, Alexandre Schwartzman, para falar sobre medidas econômicas implementadas pela instituição. O diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Darcy da Silva Alves, também será ouvido em audiência pública. O requerimento foi apresentado pelos senadores do PSDB Tasso Jereissati (CE), Lúcia Vânia (GO) e Arthur Virgílio (AM).

Foi aceito ainda pedido de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para convite à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.



# Comissão deve agilizar o debate sobre consumidor

■ Especialistas discutem questões relacionadas ao setor, como o grande número de reclamações nos Procons

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), informou ontem que pretende agilizar a discussão das 114 proposições sobre defesa do consumidor que tramitam no Senado.

Durante audiência pública com dirigentes de instituições ligadas ao setor, o senador disse esperar que ações conjuntas dos órgãos de proteção do consumidor venham a contribuir para redução do número de reclamações. Quintanilha salientou que assuntos que dizem respeito direto ao interesse da sociedade serão acompanhados de perto pelo colegiado.

O objetivo da audiência foi informar aos membros da CMA sobre questões relacionadas ao direitos do consumidor, assunto que passou a integrar as competências da comissão.

Participando dos debates, o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consu-



**EMPENHO** Leomar Quintanilha (segundo à direita) diz que colegiado pretende acompanhar de perto assuntos do interesse da sociedade brasileira

midor (DPDC) do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, chamou a atenção para a importância de se combater a pirataria, que oferece menores preços mas pouca qualidade.

Conforme o diretor do DPDC, a consciência do brasileiro sobre seus direitos de consumidor está ligada à democracia e à cidadania. Ele destacou que, na década de 70, começaram a surgir os primeiros órgãos de defesa do consumidor no Brasil, que passou a contar, a partir de 1993, com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

A assessora jurídica do Procon do Distrito Federal, Alessandra de Almeida Camargo, ressaltou que o número de

reclamações vem aumentando. Ela assegurou que a maioria dos atendimentos é feita pessoalmente e observou que as aulas sobre defesa do consumidor nas escolas públicas vêm surtindo efeito, "tornando as crianças preparadas para exigir seus direitos e até cobrar atitudes mais conscientes dos pais".

O coordenador executivo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Sezifredo Paz, assinalou que o instituto é uma organização com 20 mil associados, acrescentando que as conquistas são resultado de "uma dura luta de órgãos de defesa para que os brasileiros tenham acesso a produtos de mais qualidade".

## Começam reclamações contra poder público

Durante a audiência, Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu o acesso do consumidor à análise laboratorial da água que consome na sua casa. O senador destacou "o fato de que o cidadão começa a dirigir-se ao Procon para cobrar desempenho do poder público".

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a atuação dos órgãos de defesa do consumidor do Pará e asseverou que reclamações contra a atuação do poder público, nos setores de educação, saúde e segurança, modificariam bastante o *ranking* de queixas dos Procons, caso fosse possível tratar desses problemas nas procuradorias.

Falando sobre a possibilidade de as companhias de água virem a adotar cartão pré-pago para o fornecimento, o diretor

do DPDC, Ricardo Morishita, defendeu a necessidade de se garantir um consumo mínimo de água a toda a população, no caso de corte por falta de crédito. O coordenador executivo do Instituto de Defesa do Consumidor, Sezifredo Paz, afirmou que esses cartões pré-pagos trariam riscos para a saúde pública e que há outras formas de fazer as cobranças.

A assessora jurídica do Procon do DF Alessandra de Almeida Camargo pediu apoio da comissão para solucionar problemas com as empresas de telefonia, alvo do maior número de reclamações nos Procons de todo o país. E ressaltou que o consumidor está desamparado diante das telefônicas, responsáveis por serviços "sem qualidade e precários".

– Parece-me que as empresas

entraram no mercado sem a estrutura devida – observou Alessandra Camargo.

Ela assinalou que a telefonia é um ponto crítico e que muitas vezes o Procon acaba sendo a única forma de o cidadão conseguir a prestação de serviços, uma vez que há situações em que as empresas não atendem reivindicações sem intermediação desse órgão.

### Amazônia

A comissão aprovou requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que seja realizada, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), audiência pública com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para apresentação do Plano Amazônia Sustentável.

## Atividade teatral passa a ser tema de subcomissão

O teatro passará a ser tema de uma das subcomissões ligadas à Comissão de Educação (CE). O acompanhamento do panorama nacional das artes cênicas será feito pela nova Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, segundo requerimento dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) aprovado ontem pela comissão.

A idéia de incluir o teatro surgiu após audiência pública em dezembro, com a participação de atores, diretores e outros profissionais. Eles solicitaram a criação de um foro permanente de debate sobre o teatro.

Presidente da CE, Hélio Costa apresentou requerimento, também aprovado, convidando o coordenador do programa PC Conectado, César Alvarez, e o coordenador-geral de tecnologia da informação da Secretaria

de Política da Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, Roberto Pinto Martins, para debate no colegiado.

– Fiquei meio espantado ao ver notícias publicadas na imprensa sobre o programa, sobretudo no que se refere à proposta de se colocar no mercado 1 milhão de computadores com preço de R\$ 1.600, quando já se pode comprar um equipamento por R\$ 800.

Outro requerimento acolhido pela CE, de autoria de João Ribeiro (PFL-TO) e Hélio Costa, inclui entre os temas da audiência do dia 30 com o ministro da Educação, Tarso Genro, a questão do reconhecimento dos diplomas de médicos cubanos que trabalham no Brasil. Será tratada ainda na audiência a revalidação de diplomas de médicos brasileiros formados pela Escola Latino-Americana de Medicina, em Cuba.



**DECISÃO** Mensagens presidenciais indicando Manoel Rangel Neto (E) e Nilson Rodrigues da Fonseca (D), ao lado de Hélio Costa, vão agora ao Plenário

## Aprovadas duas indicações para a diretoria da Ancine

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem os nomes de Nilson Rodrigues da Fonseca e Manoel Rangel Neto para exercerem cargo de diretores da Agência Nacional do Cinema (Ancine). As indicações foram aprovadas por 17 votos e ainda dependem de exame do Plenário.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da mensagem com o nome de Manoel Rangel Neto, ressaltou que o indicado tem um currículo que o capacita ao exercício do cargo. Manoel Rangel, assessor do ministro da Cultura, Gilberto Gil, salientou a importância de se aumenta-

rem investimentos na área de cinema e vídeo. Ele informou que não há políticas específicas para a cadeia produtiva do setor, e a Ancine pode ser um grande instrumento para geração de empregos e renda no Brasil.

O relator da apreciação de Nilson Rodrigues da Fonseca, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), assinalou que ele tem vasta experiência na área e que a indicação ao cargo de diretor da Ancine é adequada. Uma preocupação de Nilson Fonseca é com a falta de incentivo ao cinema brasileiro. Ele defendeu a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais.